

© XXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXX (orgs.), 2020
© Oficina Raquel, 2020

CONSELHO EDITORIAL

Maria de Lourdes Soares (UFRJ)
Rosa Maria Martelo (Universidade do Porto)
Ricardo Pinto de Souza (UFRJ)
Phillip Rothwell (Rutgers University)
Gerson Luiz Roani (Universidade Federal de Viçosa)

EDITORES

Raquel Menezes e Luis Maffei

CAPA

Marcel Lopes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Julio Baptista
jcbaptista@gmail.com

REVISÃO

Fernanda Paixão



www.oficinaraquel.com
oficina@oficinaraquel.com
facebook.com/Editora-Oficina-Raquel



A idealização do poder na ficção histórica de Herculano e Garrett

Maria Helena Santana¹

RESUMO: A idealização da Idade Média constitui um dos traços mais marcantes do romance histórico oitocentista. No Romantismo português, além do heroísmo individual, também as formas de participação na vida pública e de exercício do poder exercem um certo fascínio: o poder emana do povo e polariza-se na figura de um líder que encarna a alma e a vontade coletivas. Esta nostalgia do antigo regime, paternal e voluntarista, é comum a muitos escritores europeus, mas também surpreende num país como Portugal, que então saía de uma revolução e se adaptava a um regime constitucional. Procuraremos refletir sobre esta temática centrando-nos na ficção de Alexandre Herculano e Almeida Garrett, pioneiros do romance histórico português.

¹ Professora na Universidade de Coimbra (Centro de Literatura Portuguesa), Portugal. mahesa@fl.uc.pt

La nation, comme l'individu, est l'aboutissant d'un long passé d'efforts, de sacrifices et de dévouements. Le culte des ancêtres est de tous le plus légitime; les ancêtres nous ont faits ce que nous sommes. Un passé héroïque, des grands hommes, de la gloire (j'entends de la véritable), voilà le capital social sur lequel on assied une idée nationale. Avoir des gloires communes dans le passé, une volonté commune dans le présent; avoir fait de grandes choses ensemble, vouloir en faire encore, voilà les conditions essentielles pour être un peuple. On aime en proportion des sacrifices qu'on a consentis, des maux qu'on a soufferts.

Ernest Renan, “Qu'est-ce qu'une nation?” (1882)

1. A metáfora da *família*, com o conjunto de valores que ela comporta, é estruturante do conceito de nação. Já no século XIX o historiador romântico Ernest Renan, acima citado, se referira a “um princípio espiritual” que une os membros de uma nação, baseado num legado de memórias (glórias e sacrifícios), e colocando a ênfase no dever filial de culto e de transmissão. Por outro lado, como nota Fernando Catroga, a ideia de *pátria* – etimologicamente, *a terra dos pais* – precede a ideia de nação, à qual se impõe por vínculos afetivos, como uma herança ou mesmo como um destino: “será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais.” (CATROGA, 2011, p.14)

Estamos hoje muito conscientes, em particular depois da teorização desenvolvida nos anos 80 e 90 em torno dos conceitos de identidade nacional e cultural, que a ideia que formamos de uma comunidade, da sua história e dos seus símbolos, assenta num processo contínuo de

representação discursiva. Ora, como ensinou Benedict Anderson, a “comunidade” a que julgamos pertencer (ou não) é em grande medida uma “comunidade imaginada”, com uma forte componente de autorrepresentação. Os sentidos que nela projetamos – explicita Stuart Hall – “estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 1997, p.55). O sociólogo refere cinco elementos principais, dos quais gostaria de destacar dois:

– a *narrativa da nação*, transmitida sobretudo nas Histórias e nas Literaturas, mas também através da cultura popular e dos media; histórias “que *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (p. 56). Um enredo, portanto, com os seus episódios simbólicos, os seus combates decisivos, e a que não falta uma galeria de personagens coletivas, de heróis e mártires, de inimigos e traidores. Esta narrativa idealizada tem força e perpetua-se, mesmo se desconstruída pela moderna historiografia, baseada em métodos científicos. No inconsciente coletivo português ficaram até hoje e talvez para sempre cristalizados certos episódios pitorescos que dão cor a momentos críticos da nação, as personalidades dos reis e heróis construídas pela historiografia romanceada, ou ainda o carácter progressivo, positivo, duma certa “predestinação” – veja-se a durabilidade dos chamados mitos fundacionais.

– O segundo elemento é a ideia de um *povo ou folk puro, original*. No caso português (como no brasileiro), esta ideia de um *volksgeist*, cara aos românticos, é mais difícil de sustentar, quer devido às origens ibéricas partilhadas², quer devido ao hibridismo étnico que no século XIX moti-

² Como dirá Herculano, “A ideia de nação e de pátria não existia para os homens de então do mesmo modo que existe para nós. O amor cioso da própria autonomia que deriva de uma concepção forte, clara, consciente, do ente colectivo, era apenas, se era, um sentimento frouxo e confuso para os homens dos séculos XI e XII.” (Prólogo de *O Bobo*). Já no interior do romance reformula: “As mais províncias de Espanha gradualmente foram parecendo aos olhos dos cavaleiros portugueses uma terra estrangeira,

vou muitas discussões. Em seu lugar vingou a ênfase na religião e no espírito de independência, ou seja, na “vontade coletiva”, que também constitui, caso assim se represente, um traço identitário alternativo.

Foi esta, precisamente, a tarefa que empreendeu Alexandre Herculano, historiador e mestre do romance histórico português. Enquanto Garrett, mais eclético nos seus interesses, procurava nas lendas e no Romanceiro as raízes autóctones de um povo com base nas manifestações tradicionais da língua e da cultura, Herculano revisitou o Passado, narrativizou a História e a proto-História da nação e, à semelhança de Fernão Lopes, deu-lhe uma personagem coletiva – um Povo, suscetível de integrar os heróis e a “arraia-miúda” num desígnio comum. É particularmente significativo, a este propósito, o romance *O Bobo*,³ não só por constituir, em si mesmo, uma “narrativa fundacional”, mas também pelo objetivo identitário que o moveu: imaginar uma comunidade com vontade própria, sublinhada na gesta independentista dos que acompanharam o primeiro rei; uns factuais, outros inventados, como é prerrogativa da ficção.

Vejam os alguns passos importantes do Introdução do romance (HERCULANO, 1972, p. 3-12). Depois de resumir o contexto dos povos peninsulares e os episódios atribulados que precederam a fundação de Portugal, conclui Herculano:

Deste estado tumultuário derivou a separação definitiva de Portugal, e a consolidação da autonomia portuguesa. Obra a princípio de ambição e orgulho, a desmembração dos dois condados do Porto e de Coimbra veio por milagres de prudência e de ener-

estranhos os filhos delas. Um sentimento de nacionalidade surgiu nos corações, vago e confuso, mas enérgico.” (*O Bobo*, cap. III).

³ *O Bobo* foi publicado serialmente n’*O Panorama* em 1843, mas Herculano foi introduzindo alterações ao romance. A primeira edição em volume, póstuma, data de 1878. Antes disso tinha surgido uma edição brasileira sem autorização do autor, em 1846 (mesma data do 1^a vol. da *História de Portugal*).

gia a constituir, não a nação mais forte, mas decerto a mais audaz da Europa nos fins do XV século. Dir-se-ia um povo predestinado. Quais seriam hoje de feito as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Ocidente, se Portugal houvesse perecido no berço? Quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização atual do género humano seria a mesma que é? (p. 9)

Fruto, portanto, de um golpe circunstancial, provocado por uma elite ambiciosa, nasce da anarquia e do ódio uma nação, e com ela um Povo vocacionado para a glória. Note-se: tal como defende na Introdução à *História de Portugal*, a origem não está no milagre, está na revolta e na “ambição” que conduziu à batalha decisiva; e o Povo não pré-existe à nação, é esta que o cria, inspirada decerto por Deus. A tese providencialista do acaso histórico desenvolve-se a seguir, através de um exercício contrafactual:

Se na batalha do campo de S. Mamede, em que Afonso Henriques arrancou definitivamente o poder das mãos de sua mãe, ou antes das do conde de Trava, a sorte das armas lhe houvera sido adversa, constituiríamos provavelmente hoje uma província de Espanha. Mas no progresso da civilização humana tínhamos uma missão que cumprir. Era necessário que no último ocidente da Europa surgisse um povo, cheio de atividade e vigor, para cuja ação fosse insuficiente o âmbito da terra pátria, um povo de homens de imaginação ardente, apaixonados do incógnito, do misterioso, amando balouçar-se no dorso das vagas ou correr por cima delas envoltos no temporal, e cujos destinos eram conquistar para o cristianismo e para a civilização três partes do mundo, devendo ter em recompensa unicamente a glória. (p.11)

O ato de nascimento singular, quase edipiano, do “povo predestinado” transporta em si uma leitura finalística da História – um projeto

a cumprir no futuro, fora de portas (os Descobrimientos) – mas que no tempo presente da redação do texto parece ter-se esgotado, entrando a “energia social” (outra metáfora frequente) num processo de entropia:

[...] Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nossos afectos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade. (p.12)

Como afirma o autor, o romance histórico destina-se aos leitores do século XIX; incorpora mensagens injuntivas suscetíveis de inspirar “afetos” patrióticos e também – acrescenta-se – lições de ética política. Ora, como era o presente português na altura da publicação dos romances históricos de Herculano e de Garrett? Que visão da sociedade e do poder os mobilizava?

2. Em 1820, com a Revolução Liberal, surgia triunfante o “Portugal Novo”, assente numa soberania renovada e num conjunto radical de reformas: criou-se uma Constituição, instrumento enquadrador de legislação moderna; prometia-se um regime parlamentar por sufrágio, limitador dos poderes do Rei e uma nova ordem económica, abolindo privilégios ancestrais da aristocracia e do clero.

Tirando partido da soberania enfraquecida país, com um Rei ausente, no Brasil, e um governo sentido como ilegítimo, foi relativamente fácil a uma elite política e militar politizadas implantar um regime moderno, inspirado no exemplo francês, o mais avançado entre os regimes monárquico-constitucionais da época. Liberdade e Igualdade são as palavras de ordem inspiradoras da Revolução. Em 1921, na Introdução a um discurso célebre⁴, dizia o jovem Garrett:

⁴ “O Dia Vinte e Quatro de Agosto”.

Já temos uma Pátria, que nos havia roubado o despotismo: [...] A última hora da tirania soou; o fanatismo, que ocupava a face da terra, desapareceu; o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte, e as derradeiras trevas do despotismo foram, dissipadas por seus raios, sepultar-se no Inferno. (GARRETT, 1966, p. 1049)

No interior do texto, o brilhante orador fala também das condições morais que se impõem ao sucesso de um regime democrático, nomeadamente um “pacto social” de entreajuda dos cidadãos, e um “contrato”, também ele “sagrado”, com o rei: “Por ele se obrigam os cidadãos ao respeito, ao amor, e à obediência; e por ele se obriga o príncipe à proteção, ao amor e a todos os cuidados paternais.” (p. 1057)

Na altura tudo prometia harmonia à grande família portuguesa. Os problemas viriam depois, como bem sabemos, pois nem a sucessão era pacífica, nem as fações dirigentes unidas, nem a nação e as suas elites preparadas para tamanha transformação. Viriam os exílios, os golpes militares, as guerras civis.

Mas a sociedade civil modernizava-se, apesar dos tumultos e da instabilidade, graças, sobretudo, a uma classe média emergente, desejosa de fruir os benefícios sociais, económicos e culturais a que o novo regime lhes ia permitindo aceder. Surgem novos quadros, novas instituições culturais e científicas. Entre 1835 e 36 reforma-se o Ensino (primário, médio e Escola Politécnica); criam-se as bibliotecas e o teatro públicos; nascem muitos periódicos e associações culturais (Saraiva, p.48). Faltava inventar a nova literatura – ou melhor, democratizá-la, colocando-a ao serviço da tarefa mais vasta de inculturação. O drama e a narrativa cumprirão precisamente este desiderato pedagógico.

É da classe média mais tradicional que provêm Garrett e Herculano, os dois vultos mais destacados da cultura portuguesa em formação. Nascidos e formados em ambientes diversos, ambos partilham os anseios democráticos da burguesia, mas também os modelos de vida ordeira e próspera a que coletivamente aspira esta classe; e, se política-

mente se podem considerar progressistas, é no respeito por valores morais conservadores herdados que se molda o seu endoutrinamento nos anos vindouros. Liberais atuantes, ambos estiveram no “lado certo” da História nos momentos decisivos, mas a aura de poetas-soldados não lhe retirou a lucidez para intervirem com moderação quando os desmandos do poder político lho exigiram.

3. Nos anos 1840, quando vêm a lume *O Bobo, O Monge de Cister e O Arco de Sant’Ana*, já havia passado a 1ª guerra civil, o regime liberal vitorioso estava implantado e o poder régio estabilizado. Mas no terreno político as fações progressistas e conservadoras digladiavam-se: tinha havido a revolução “setembrista”, em 36, e sucedera-lhe o regime autoritário de Costa Cabral, que durante vários anos geriu com mão de ferro os assuntos da governação. Apesar de repor a Carta Constitucional e a ordem institucional abalada pelo setembrismo, o regime apoiava-se nas forças mais retrógradas (entre elas o clero), e obstruía a liberdade de opinião. Nem Herculano nem (muito menos) Garrett se sentiam confortáveis com tal situação – o primeiro afastara-se discretamente da vida pública e o último estava abertamente na oposição (deputado eleito no Parlamento). Ambos se sentiam, além do mais, injustiçados pela incompreensão, ora da direita ora da esquerda, do espírito conciliador e moderado e “ordeiro” que sempre os tinha norteado desde o Vintismo (BONIFÁCIO, 2007).

Ambos democratas, no plano abstrato dos valores, defendiam a “santa” Liberdade e a igualdade civil dos cidadãos, mas descreiam do nivelamento de classes, eram antipopulistas e discordavam, inclusivamente, do direito de voto nas camadas inferiores da população; muito religiosos, defendiam a autonomia do Estado e da Igreja; odiando a tirania, mas também a anarquia, aceitavam os princípios moderados da Carta Constitucional – que consagra os direitos dos cidadãos e um Parlamento eleito, definindo ao mesmo tempo a supremacia do poder régio sobre os outros órgãos do Estado. Para ambos, o poder do Rei –

ou da Rainha, no caso presente – constitui o pilar essencial da união e da paz civil. Por isso o idealizam, nos seus romances, à maneira da Idade Média, como um poder não propriamente centralista mas patriarcal: um *pai*, forte e protetor, agregador e justo, capaz de gerar concórdia onde há dissensões e de mobilizar o povo em torno de uma causa comum. Justamente o que a seu ver o País bipolarizado dos anos 1840 necessitava. A jovem rainha D. Maria II, então na casa dos 20 anos, dificilmente cumpria esse papel.

Para Herculano que, como sabe, sempre foi mais conservador politicamente, o poder paternal do rei é indissociável de uma visão algo mitificada da Idade Média, período que, segundo ele, soubera conciliar autoridade e liberdade, unidade e diversidade (CATROGA, 1993, p. 551-2). A pedagogia dos seus romances nunca se afastará deste ideário nostálgico. Nenhuma outra época o seduz, muito menos a sua: a Introdução a *O Bobo* publicada n’*O Panorama*⁵ continha no final alguns passos, depois omitidos na edição em livro, onde se dirige à juventude, como que penitenciando-se dos erros da sua geração perante as “vastas ruínas da nacionalidade, amontoadas pelos furores das dissensões civis, pela morte do sentir e do querer português...” (ed. cit., p.267). No romance a exortação patriótica substitui a teoria política: o exemplo dos jovens cavaleiros lutando pela independência ao lado do Infante é suficientemente expressivo do valor afetivo que a Nação representa; e a Afonso Henriques basta-lhe o “querer” português – passe a imprecisão histórica – para ser amado; ainda antes de ter um território, a nação tem um pai⁶. Estranha-se talvez que a figura do novo rei seja muito apagada... em contrapartida diz-se repetidamente como não deve ser um rei (no caso uma rainha): Dona Teresa falhou como pro-

⁵ *O Panorama*, II vol., 2ª série, p.10. Transcrito na edição de V. Nemésio, pp. 258-67.

⁶ “... para o carácter emotivo do romântico Herculano era decisivo sublinhar que o príncipe D. Afonso nascera para cá do Minho e protagonizava, naquele momento histórico de 1128, a “alma” da futura pátria portuguesa. [...]. Mesmo ainda sem povo definido, Portugal a haver tinha um chefe, um pai.” (PIRES, 2010, p. 23-4.)

tetora da pátria ao trair o filho e aliar-se ao “estrangeiro”, entregando-lhe a herança moral que lhe cabia; e o conde de Trava, o usurpador, reina de facto sem o amor do povo, pela força da corte e pela tirania; mas logo após a batalha de S. Mamede o povo sai à rua em aclamação.

Que povo é este que habita a imaginação de Herculano? Segundo António José Saraiva, Herculano só tardiamente começou a interessar-se pela história do “3º estado” (SARAIVA, 1977, p. 165 e ss.), razão pela qual este está bastante ausente das primeiras obras, como *Eurico* e grande parte das *Lendas e Narrativas*; ao contrário, a partir de *O Bobo*, “o tema constante é a luta e ascensão do 3º estado” (p. 168). Não se trata exatamente da plebe, a “arraia miúda” servil, pela qual o escritor não nutria especial simpatia; antes aquela a que chama “classe média” e que basicamente corresponde às camadas trabalhadoras/produtoras, ou seja, os que têm um ofício ou alguma coisa de seu. Esta “classe média” que agora o interessa, não sendo evidentemente comparável à do século XIX, pode ainda assim servir-lhe de exemplo: é dela que vem o espírito de liberdade, o dinamismo social e económico, é ela que tem o poder de mudar a estrutura social e as leis (p. 168).

Na versão publicada de *O Bobo*, o povo está presente, mas duma forma mais implícita do que visível até ao final (a única exceção é o próprio bobo, D. Bibas, personagem que não tem equivalência nos tempos modernos). Curiosamente, Herculano deve ter-se apercebido dessa falha, pois mais tarde redigiu um novo capítulo, que não chegou a concluir, onde dá algum protagonismo às massas populares⁷. Em *O Monge de Cister* há uma nítida evolução⁸ em relação a *O Bobo*. Abun-

⁷ A transcrição do texto surgiu em *Addendum* na edição de 1878 (cf. ed. cit, p. 235 ss.) Sabemos hoje que nessas páginas se encena um torneio entre cavaleiros galegos e portugueses em que estes vencem, numa alegoria da futura vitória nacional. O povo que aplaude o Lidador (escudeiros, burgueses, cavaleiros vilãos, peões, colonos servos) celebra sobretudo “a humilhação dos nobres cavaleiros de Galiza”. (p. 256)

⁸ Só em 1848 se completa e publica o tomo II d’*O Monge*. A obra fora iniciada em 1839-40 e interrompida para se dedicar à História de Portugal.

dam as cenas de representação popular, focando os costumes e a interculturalidade da Lisboa medieval, e há figuras individualizadas ficcionais, como um almudeiro, um armeiro, o mouro Alle, a judia Zila ou a alcoviteira Domingas. O povo como classe também está em foco no tocante ao pano de fundo político que entretece a obra; este segundo plano narrativo não se interliga bem com a intriga passional, o que torna o romance algo irregular, mas tem importância para a visão política do autor. A época escolhida é o reinado de D. João I – um rei escolhido pelo povo revoltoso no contexto da crise de sucessão dinástica de 1383 e promotor de uma era de progresso e de prestígio da família real. Uma das teses que Herculano aí desenvolve prende-se com a necessidade de confiança do povo no poder do rei e das instituições locais:

A aliança do rei com os concelhos era antiga: começara no berço da monarquia. O povo interessava em que o poder desta vigorasse dilatando-se, porque era esse o meio de se libertar das tiranias locais: o rei interessava em que os concelhos fossem poderosos e livres, porque eram a alavanca mais bem temperada para aluir a independência da aristocracia e fazê-la cair despedaçada em volta do seu trono. (HERCULANO, 1977-8, v. II, p. 71).

Ora este saudável equilíbrio parece posto em causa: o povo dos municípios queixa-se de um crescente afastamento e desprezo por parte dos dirigentes, da exploração económica e da perigosa influência das classes poderosas (os fidalgos, os letrados, certas ordens religiosas) junto do rei; e apercebe-se dos sinais ameaçadores da centralização. Tudo isto é amplamente discutido na obra, tomando sempre o narrador-autor o partido da velha aliança nacional, que aproxima o povo do rei contra os poderes intermédios: clero e nobreza conspiram para recuperar privilégios perdidos e os agiotas reclamam juros elevados para financiar o Estado (tal como no século XIX...). O chanceler João da Regras avisa o rei dos perigos e procura soluções de compromisso en-

quanto prepara uma legislação nova. Mas D. João I acredita sobretudo no povo que o elegeu:

Os Portugueses hão de ir comigo sempre; porque espero administrar-lhes sempre justiça e desagravo pronto e bom [...]. Nunca os meus portugueses, que são como filhos queridos, e de quem sou pai, me dirão: «Mestre de Avis, desce do trono a que te elevámos...» (p. 30).

Embora diplomata, o Rei em vários momentos manifesta a fibra antiga e afasta os conselheiros para ouvir os súbditos e decidir por si. Assim acontece quando Frei Vasco, sedento de vingança, lhe pede para ser ouvido apesar dos que o tentam demover: “Para que sou eu rei se não para acudir sem tardança aos meus súbditos quando bradam por mim? [...] Fala sem receio. Se com razão pedes justiça, sabe que a obterás” (p. 246). D. João I, ao saber da afronta moral feita pelo camareiro-mor, manda-o matar sem piedade, mesmo que o gesto seja pouco próprio dum monarca num Estado de Direito⁹; e não se verga aos pedidos de misericórdia de cortesãos e de clérigos.

Não se pense porém que Herculano sintoniza sem reservas com o exercício autocrático do poder real. Maria de Fátima Marinho já chamou a atenção para as subtilezas discursivas que modalizam negativamente os retratos de D. João I e das principais figuras históricas que o rodeiam (MARINHO, 2013, p. 173-4). Os comportamentos do passado não são sempre exemplares e prefiguram alguns vícios dos tempos modernos. Assim, o sentimento do narrador oscila: por um lado repugna-lhe a impulsividade do Rei; por outro desconfia da bondade dos seus conselheiros. Aproximava-se o fim da Idade Média, o início

⁹ João das Regras lembra-o de que na Corte há juízes, ao que o Rei responde: “Calai-vos, chanceler; que o primeiro deles está aqui! *É lei a vontade do príncipe*.” (p. 265). O narrador não comenta o gesto de tirania do monarca, “cuja cólera tocava as raias da demência” (p. 266).

de um novo sistema de governação mais impessoal e mais distante das populações: não por acaso, o Procurador às Cortes, um vilão provinciano, é alvo de troça pela elite que tem influência no círculo do poder. Afinal, se alguma lição política fica do romance é que a intriga da corte existe em todos os tempos¹⁰ e não deve confundir-se com o interesse nacional; da mesma maneira, as manobras do alto clero não devem confundir-se com valores morais.

Garrett seguiu-lhe neste ponto o exemplo. N’*O Arco de Sant’Ana* vemos o povo aliado ao rei contra as oligarquias que detêm o poder. A cronologia deste livro é atribulada¹¹: começado durante o cerco do Porto, em 1832, só viria a público completo 19 anos depois, distância que afeta o seu conteúdo ideológico. A história remonta ao século XIV, no reinado de D. Pedro I – um rei também conhecido como “O Cru”, “O Cruel” ou “O Justiceiro” que deixou marca indelével na cultura portuguesa, pelos amores com Inês de Castro. Embora temido, é um rei respeitado pelo povo por exercer “justiça direita a todos”, i.e., sem olhar ao estatuto dos visados. E foi o que sucedeu, quando castigou por suas mãos e exautorou um bispo do Porto que explorava a população (nesta altura, o bispado Porto gozava de privilégios quase feudais sobre o comércio da cidade, sobre os quais a autoridade dos reis estava limitada). A situação atinge o ponto de ruptura quando o bispo abusa dos seus poderes desrespeitando a moral – no romance conta-se que raptou uma mulher casada – o que fez eclodir uma revolta popular. Esta história, narrada por Fernão Lopes, adequava-se bem ao contexto das lutas liberais (em particular em 1832, durante o cerco do Porto ao corpo expedicionário em que se integrava Garrett): D. Pedro I aparece assim comparável a D. Pedro IV, “o Libertador”. Mas em 1845, quando o autor decide retomar o romance, assistia-se a um retrocesso: vigorava a

¹⁰ A hipocrisia patriótica abunda nos ministros “sabemo-lo por experiência quotidiana”, diz, com ironia (p. 306). No caso de João das Regras tratava-se de construir o despotismo imperial (p. 310).

¹¹ Veja-se a nossa Introdução à edição crítica da obra (GARRETT, 2004).

ditadura cabralista, a liberdade de expressão era reprimida e o regime apoiava-se em facções conservadoras – o alto clero, nomeadamente. Nestas circunstâncias, explica o autor no famoso prólogo, já não era inconveniente atacar a Igreja; o 1º volume do romance apresentou-se então anónimo, como uma alegoria política intencional: “Hoje não é já só conveniente, é necessária a recordação daquele severo exemplo da crua justiça real. Hoje é útil e proveitoso lembrar como os povos e os reis se uniram para debelar a aristocracia sacerdotal e feudal” (GARRETT, 2004, p. 59).

Garrett não estava ainda assim interessado em produzir um romance histórico convencional. Ao longo do texto, descreve-se em tom humorístico o evoluir da revolta popular, liderada por um jovem estudante cuja origem familiar encerra mistérios. Mas o narrador é inconfiável: ora sintoniza com o processo revolucionário, ora o transforma numa paródia da retórica parlamentar moderna. Os anacronismos e os apartes irónicos minam a verosimilhança. Também não é linear a atitude do narrador face à alegoria prometida, e por vezes parece descrever mesmo descrever dela:

É comparativamente moderna a desinteligência dos reis com os povos. Foi necessária muita má fé, muita traição de coroados tribunos para desenganar o pobre do povo que tantos anos combateu por eles e quasi só para eles, cuidando que para si combatia. (p. 172).

Tudo isto desconcerta a crítica, que acusa o autor de ser um céptico, e com certa razão. Quando vem a público o 2º volume, em 1851, a ambiguidade do romance acentua-se e um novo tema ganha força: a demagogia, o desvirtuamento fatal do princípio generoso de todas as revoluções¹²:

¹² “Todas [as revoluções] as fazem os governos, todas as concita o poder por seus abusos e insolências. [...] Mas quem há de viver depois? [...] o que se há de edificar sobre essa destruição? [...] Aí começa o ofício do demagogo [...]” (p. 212)

Bem nasce em todos os climas a semente da liberdade; mas des'que lhe germinam as folhas seminais, há de haver um Washington que a monde, a ampare, ou os espinhos são tantos logo, tantos os cardos e abrolhos, que a afogam. (p. 244)

Esta e outras preocupações compreendem-se: tinha havido entretanto mais lutas sangrentas (a Maria da Fonte, a guerra civil da Patuleia) e Garrett, tal como o país, estava visivelmente descrente da bondade dos políticos e desejoso de paz social. A recordação daqueles tempos “inocentes” só em termos utópicos se podia conceber na atualidade.

O romance leva a utopia até final, claro. O levantamento popular continua a ser narrado nos seus lances heroicos e cómicos, até à vitória final, em que o rei aparece, apadrinha os revoltosos e liberta a cidade do opressor: “e o povo saiu contente da igreja, dando vivas e vivas a el-rei. Tudo sossegou, [...] a nossa terra viveu em paz, porque os seus foros foram guardados, e ninguém teve mais razão nem pretexto para se amotinar.” (p. 359).

4. Mas nem todas as histórias exemplares dos primeiros românticos portugueses têm a mesma feição épica, de final feliz. Volto por último a Herculano para realçar um contra-exemplo, igualmente expressivo. *Arras por foro de Espanha (1371-1372)*¹³, inserido em *Lendas e Narrativas*, transporta-nos ao reinado infeliz de D. Fernando, filho de Pedro o Cru. Bondoso, gentil, porém indeciso e fraco na hora das grandes decisões, este rei é o retrato inverso do seu pai, com a exceção do temperamento apaixonado. Não que o amor em si seja um mal, mesmo se ilegítimo ou perigoso para o Estado: a celebrada paixão de Pedro por Inês de Castro não lhe diminuiu a força carismática; antes pelo

¹³ Texto de 1841-2. *As Lendas e Narrativas* foram publicadas na revista *O Panorama* entre 1839 e 1843, sendo reunidas em volume posteriormente.

contrário, conferiu-lhe uma aura romântica que sublimou o seu rasto de vingança. D. Fernando não beneficiou de tal complacência quando decidiu desposar a mulher errada: a bela e poderosa Leonor Teles, cujo estigma de adúltera e “barregã” vinha já de Fernão Lopes, continua neste texto de Herculano a ser descrita como a pérfida estratega, responsável pelo desprestígio da casa real. Por amor dela o rei humilhou-se, cego e surdo aos sinais da desonra: assustado com o clamor do povo, a quem prometera ouvir, fugiu com ela de Lisboa, deixando a revolta eclodir sem resposta:

O povo preparava-se para uma luta moral com o seu rei; mas não se descuidara de vir prestes para uma luta física, se D. Fernando quisesse apelar para este último argumento. Era a primeira vez neste reinado que a arraia-miúda dava mostras da sua força e reivindicava o direito de dizer armada – *não quero!* (HERCULANO, p. 90)

O narrador está com o povo, do ponto de vista moral, mas não ignora os perigos da manipulação e da psicologia volátil das multidões; logo a seguir acrescenta:

O elemento democrático erguia-se para influir ativamente na monarquia; enxertava-se nela, como princípio político, a par da aristocracia, que, com a manopla de ferro, arrojava a plebe contra o trono, sem pensar que brevemente este, conhecendo assim a força popular, se valeria dela para esmagar aqueles que ora sopravam os ânimos para a revolta e davam nova existência ao vulgo. (p. 90-1)

Assim, a mesma multidão enfurecida que num momento se mobiliza para atuar no momento seguinte dissolve-se, para logo se reacender aos discursos dos líderes e de novo esmorecer quando lhe dizem que o rei fugiu: “O povo adormeceu: os cabeças da revolta estavam ir-

remediavelmente perdidos.” (p. 133). E assim ficou, um gigante adormecido, quando D. Fernando, já casado com Leonor Teles, festejou as bodas no Porto com um beija-mão indesejado¹⁴; ou quando claudicou na defesa do reino, deixando o rei de Castela sitiá-la capital; ou quando, por exigência de Leonor, cedeu a vinganças cruéis, mandando executar todos os que instigaram a rebelião.

A deslealdade quebrou o elo afetivo que une um rei e o seu povo e com isso ambos se desqualificam. Herculano tem certamente presente o famoso verso d’*Os Lusíadas* (canto III, est. 138), precisamente sobre D. Fernando, onde se diz “Que um fraco rei faz fraca a forte gente”. No final irónico desta história, diz o narrador: “E o povo?... Oh, este, sim! Mostrava-se agradecido e bom no meio de tantas infâmias e crimes. [...] Boa e prestes foi a justiça de el-rei nos traidores. Alcácer por sua senhoria!” (p.177).

E o rei? Pode um rei estar no trono sem exercer o poder? E pode exercê-lo sem se apoiar no respeito dos seus súbditos? Pode, sob a forma de um simulacro do poder. A solidão do soberano que perdeu o amor do povo toma aqui uma dimensão quase trágica, prelúdio da crise maior que haveria de suceder. Pouco tempo depois enfrentava Portugal a ameaça da independência e o povo seria chamado a tomar em mãos o seu destino.

Talvez ainda hoje, em tempos pouco propícios a euforia nacionalista, este texto nos interpele, porventura mais do que os anteriores. Como notei no início desta intervenção, a memória das nações não se constrói apenas de narrativas heroicas e luminosas; também se faz de perdas, de sofrimento partilhado, às vezes de humilhação coletiva. São essas memórias traumáticas que ajudam a humanizar a nossa comunidade imaginada.

¹⁴ “Triste era, também, o aspecto dos populares, que, sem um só grito de regozijo, se apinhavam para ver passar aquele préstimo real.” (p. 141). Não havia ainda, nota Herculano, a força dos “burgueses” portuenses que insuflaria à cidade o espírito da liberdade.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo* (trad.). Lisboa: Edições 70, 2005.
- BONIFÁCIO, M. Fátima. “Garrett no Liberalismo”. In: MONTEIRO, Ofélia P. (Coord.). *Sociedade e Ficção. Garrett – romance histórico – Júlio Dinis*. Coimbra: CLP, Faculdade de Letras, 2007, p. 9-22.
- CATROGA, Fernando. “Romantismo, Literatura e História”. In: MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V (O Liberalismo). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 545-561.
- _____. “Pátria e Nação”. In: *Temas Setecentistas*. Curitiba: CEDOPE/UFPR, p. 13-34, 2011. [Versão prévia do ensaio publicado em *Geografia dos afetos pátrios*] disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>
- GARRETT, Almeida. *O Arco de Sant’Ana*. Edição crítica de M. Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- _____. “O Dia 24 de Agosto”. In: *Obras de A. Garrett*. Porto: Lello e Irmãos-Editores, 1966, vol. I, p. 1043-1066.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- HERCULANO, Alexandre. *O Bobo (1128)*. Vitorino Nemésio e A.C. Lucas (Eds). Venda Nova: Bertrand, 1972.
- _____. *Lendas e Narrativas*. Vitorino Nemésio e notas por António C. Lucas (Eds). 45ª ed. Venda Nova: Bertrand, 1992. [“Arras por foro de Espanha” vol. I. p. 53-186.] Texto também disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/ALEXANDRE_HERCULANO/ARRASFOROESPANHA/ARRASFOROESPANHA_TEXTO.HTML

- _____. *O Monge de Cister ou A época de D. João I*. Vitorino Nemésio e A.C. Lucas (Eds). Venda Nova: Bertrand, (2 vols.), 1977-1978.
- MARINHO, Maria de Fátima, “A falsa ingenuidade de Herculano”. In: MARINHO, M. F.; AMARAL, Luís C.; TAVARES, Pedro V.-B. (Coords). *Revistando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. de. Porto: FLUP, 2013, p. 165-176.
- PIRES António Machado; SANTANA, M. Helena, (Orgs.) *Alexandre Herculano– O Escritor. Antologia*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.
- RENAN, Ernest, “Qu’est-ce qu’une nation?”, Apud Philippe Forest (ed.). *Qu’est-ce qu’une nation? Littérature et identité nationale de 1871 à 1914*. Paris: Bordas, 1991, p. 33-48. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/renan_ernest/qu_est_ce_une_nation/renan_quest_ce_une_nation.pdf>
- SANTANA, M. Helena, “Um romance histórico heterodoxo: O Arco de Sant’Ana”. In: MONTEIRO, Ofélia P. Monteiro (Coord.), *Sociedade e Ficção. Garrett – romance histórico – Júlio Dinis*. Coimbra: CLP, Faculdade de Letras, 2007, p. 47-56.
- SARAIVA, António José, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Bertrand, 1977.